

Antecipando tendências, construindo pontes de diálogo

Relatório de Atividades 2014-2015

Ficha Institucional

Presidente de Honra

Elizabeth Leeds

Presidente do Conselho de Administração

Humberto Viana

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Renato Sérgio de Lima

Conselho de Administração

Cristiane Loureiro Lima Danillo Ferreira Luís Flávio Sapori Luiz Antônio Brenner Guimarães Marcos Veloso Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Sérgio Roberto de Abreu

Silvia Ramos

Conselho Fiscal

Cássio Rosa Jésus Trindade José Luiz Ratton

Comitê de Ex-Presidentes do Conselho de Administração

Humberto Viana

Equipe Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Vice-Presidente/Relações Institucionais

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Assistente de Diretoria

Amanda Gouvea

Coordenadora Institucional

Patrícia Nogueira Pröglhöf

Coordenadora de Projetos

Olaya Hanashiro

Equipe Técnica

David Marques Roberta Astolfi

Estagiária

Ana Lídia Santana

Equipe Administrativo-Financeira

Débora Lopes Karina Nascimento

Colaboradores

Cauê Martins Cristina Neme Mafoane Odara Marina Pinheiro

Assessoria de Comunicação

Letra Certa



Segurança pública em Perspectiva

ados do Instituto Latinobarômetro revelam que a delinquência é a principal preocupação da população da América Latina. Segundo a pesquisa, publicada em 2013, 24% da população da região declarou que esta é sua principal preocupação, contra 16% que citam o desemprego. No mesmo sentido, dados do UNODC demonstram que o medo e a insegurança da população encontram respaldo no fato de que países de baixa e média renda da região acumulam taxa de homicídio quatro vezes superior à média mundial e duas vezes superior aos países em desenvolvimento da África.

Infelizmente, o Brasil é um dos líderes desta tragédia, já que o país foi responsável por 11,4% de todos os homicídios do mundo no ano de 2012, não obstante sua população representar apenas 2,8% da população mundial. Esse número pode ser ainda mais dramático, uma vez que, considerando-se a subnotificação nos registros de mortes violentas apontadas por Daniel Cerqueira, do Ipea, estima-se que concentramos um total de 60 mil mortes violentas anuais. E só 8% destes crimes são solucionados, abrindo margens para impunidade, de um lado, e para discursos de vingança e ódio, por outro.

Como agravante, convivemos com mais de 50 mil estupros registrados e padrões operacionais inaceitáveis de letalidade e vitimização policial, que vitimam ao menos 6 pessoas por dia em decorrência de intervenções policiais e faz com que o risco de um policial ser morto seja, em média, 3 vezes superior ao da população como um todo.

Isso para não falar nas constantes violações aos direitos humanos e nas ameaças do crime organizado; no crescimento dos roubos; e nos reiterados incêndios de ônibus nas periferias brasileiras; no aumento dos "sequestros-relâmpago"; ou nos novos justiceiros, que acorrentam acusados de crimes em postes.

O fato é que as polícias, os governos, os Ministérios Públicos e os Poderes Judiciário e Legislativo, insulados em seus projetos de corporação e em suas práticas institucionais, não conseguem fazer frente aos desafios contemporâneos impostos pelo crime, pela violência e pela dinâmica de uma sociedade plural e democrática.

O Brasil, ao largo do notável aprimoramento técnico operacional dos últimos 20 anos, ainda se impõe um silêncio obsequioso frente ao problema da segurança pública.

Diante deste cenário, falar hoje de segurança é falar, paradoxalmente, de um dos mais persistentes entraves ao desenvolvimento da região e de um dos mais desconhecidos problemas sociais, na medida em que as estatísticas públicas da área são poucas e frágeis.

Boa parte do debate sobre o tema ganha matizes marcadamente ideológicas e pouco se avança no desenvolvimento de um programa de trabalho em torno da qualificação de sistemas de informação capazes de subsidiar discussões mais qualificadas. Ao mesmo tempo, o país vive um momento de mudanças estruturais em sua composição demográfica e na economia, que conjunturalmente tem exigido ajustes que constrangem fortemente os investimentos e a inovação, e causam impactos significativos nos serviços de segurança pública.

Em meio a esse movimento, o país, entre outras transformações, experimentou uma fase de redução da pobreza, tendo realizado importantes esforços para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, estabelecidos em 2000. Além disso, derivado destas mudanças, conquistou nos últimos anos reconhecimento internacional que o elevou à condição de protagonista regional com crescente visibilidade global, envolvido pela primeira vez em questões estratégicas para a segurança internacional, inclusive fomentando o fortalecimento do G20. Esse também é o caso da participação do Brasil na Minustah, missão da ONU no Haiti e que visa contribuir para a reconstrução daquele país, e os vários projetos de cooperação Sul-Sul que mantem com países da África e da América Latina.

Porém, a condição de protagonista também traz maior responsabilidade e pressão interna e externa para avançar em áreas onde o país ainda apresenta indicadores incompatíveis com seus anseios geopolíticos e seu potencial econômico. Entre elas, encontram-se o baixo desempenho da segurança pública e dos sistemas de justiça criminal e prisional e os altos índices de violência e criminalidade.

Os desafios e ameaças ganharam caráter mais dinâmico e transnacional, exigindo de todos os poderes do Estado brasileiro a intensificação de respostas políticas, legislativas, programáticas e de inteligência para aprimorar e garantir o Estado de Direito e a democracia.

No plano institucional, políticas de segurança pública dependem de mecanismos de gestão e de financiamento mais ágeis, bem como da convergência de agendas de modernização incremental da área com medidas de reformas legislativas tanto no campo do direito administrativo quanto de mudanças mais substantivas no arcabouço jurídico que organiza o sistema de justiça e segurança brasileiro. Não precisamos de respostas espetaculosas, mas de compromissos políticos e de investimentos contínuos.

Isso é necessário para enfrentar o paradoxo que faz com que o Brasil seja um dos países que mais têm dispendido recursos financeiros com segurança pública proporcionalmente ao PIB, sem, no entanto, garantir redução dos indicadores de criminalidade. Há um déficit elevado de qualidade do serviço provido e ele não é responsabilidade exclusiva de um Poder da República ou de uma esfera de governo.

Política e operacionalmente, as ações direcionadas à prevenção da violência e redução do crime urbano começam a reconhecer a complexidade deste cenário. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), no Rio de Janeiro, conseguiram, num primeiro momento, inverter a tendência da população brasileira de achar que não há soluções no campo da segurança pública. Outro exemplo é São Paulo, estado que mais obteve sucesso em reduzir mortes violentas ao longo dos últimos 15 anos (71% entre 1999 e 2014), que apostou no investimento em inteligência, no controle de armas, na participação social e na estruturação de sistemas de informação. É válido lembrar que outras iniciativas de igual impacto no controle da violência também foram ou estão sendo desenvolvidas em Pernambuco (Pacto pela Vida), Minas Gerais (Fica Vivo), Espírito Santo (Estado Presente), Ceará (Pacto Ceará Pacífico), Distrito Federal (Pacto pela Vida), entre outros. O que todas estas experiências têm em comum é o investimento maciço em novos padrões de policiamento.

As iniciativas de sucesso no enfrentamento do crime e da violência estão estruturadas no tripé aproximação com a população; uso intensivo de informações e aperfeiçoamento da inteligência e da investigação; e integração operacional das instituições policiais com vistas a otimizar o ciclo completo de policiamento.

São lições aprendidas que estão servindo, por exemplo, para que o país faça avanços na pactuação dos novos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável – ODS, que substituirão os objetivos das metas do milênio. O Brasil tem avaliado a adoção do objetivo 16 desta iniciativa, que trata de compromissos para uma sociedade justa, pacífica e sustentável e envolve a aceitação de uma meta de redução de homicídios. E, o mais relevante, assumir esta meta é possível já com os arranjos institucionais disponíveis.

Além deste tripé, com a entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento, no final de 2003, o Brasil passou a ter melhores instrumentos de controle e informação sobre armas. O Estatuto tipificou os crimes de tráfico, posse e porte ilegal, dando ferramentas para as polícias implantarem, com prioridade, a apreensão de armas. De 2004 a 2010 foi entregue pela população às autoridades mais de meio milhão de armas de fogo, auxiliando na prevenção da violência e na reconquista do Estado como o espaço mais adequado para a administração de conflitos de qualquer natureza.

De igual modo, em termos de ações focalizadas, o Brasil tem feito esforços na prevenção e enfrentamento de várias outras manifestações de violência. A atuação no campo do enfrentamento ao crime organizado transnacional implica a coordenação de esforços de diferentes instâncias e poderes. Também há a falência do modelo de guerra às drogas e vários países do mundo estão adotando novas abordagens sobre o tema – neste item, o Brasil está bastante atrasado em até mesmo discutir alternativas e novas políticas.

> Enfim, o tema segurança pública envolve uma série de ações e políticas mais específicas. Presença territorial, garantia da ordem pública democrática, de direitos, policiamento preventivo, de trânsito, ambiental e florestal, bombeiros e defesa civil, investigação criminal e persecução penal, controle de desordens, grandes eventos, distúrbios e do sistema prisional ou de medidas socioeducativas, ações especiais, aproximação com a comunidade, com a juventude, entre outras.



A atuação institucional **do FBSP**

em torno dessa extensa e multifacetada agenda que o FBSP tem feito esforços para explicitar e tentar reverter o fato de que o Brasil carece de uma política mais eficiente de mobilização política e de produção, coordenação e articulação de suas informações. Isso na ideia de que painéis de monitoramento e de avaliação de dados e indicadores podem mobilizar, agregar e aperfeiçoar atores locais e as capacidades institucionais vigentes, bem como permitir maior transparência e prestação de contas por parte das instituições que compõem o chamado sistema de justiça criminal brasileiro.

O drama é que, enquanto essa política de informação não ganha forma, convicções e falsas verdades vão sendo assumidas e disseminadas, exigindo dos responsáveis pelas políticas públicas atenções redobradas. Ao longo dos últimos anos, tem sido comum ouvir profissionais da área, especialistas e a mídia comentando a indicação de um número mínimo de policiais por grupo de habitantes; percentuais de homicídios cometidos por adolescentes; a propagação de que a Organização Mundial da Saúde considera que taxas superiores a 10 homicídios por 100 mil habi-

tantes configurariam um quadro epidêmico de violência.

O problema é que as referências acima simplesmente não existem e são reproduzidas sem nenhuma consistência ou critério técnico ou científico que as embasem. Elas são insumo do debate marcadamente ideológico e político que é travado no campo das políticas de justiça e segurança, já que há uma enorme disputa pelo significado do que venha a ser segurança, ordem e garantia de direitos no país. A informação tem, por esta perspectiva, papel estratégico na viabilização de um novo projeto de país e de desenvolvimento.

Não à toa, entre 2011 e 2015, o FBSP acumula registro de cerca de 6 mil citações na mídia, sendo mais de 70% nos últimos dois anos e meio, que configuram o período pelo qual a entidade tem sido mais ativa na indução de algumas agendas e temas de políticas de segurança. Somente a 8ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de 2014, atingiu uma cobertura de imprensa de cerca de 1,8 mil reportagens nos primeiros 10 dias de monitoramento. E, nela, os temas que a mídia deu maior destaque foram, exatamente, aqueles que envolvem mortes violentas, conforme quadro abaixo.

	Nacional		Internacional		Total	
Principais temas cobertos na divulgação do 8º Anuário	N°	%	N°	%	N°	%
Vitimização e Letalidade Policial	469	29,8	135	78,9	604	34,7
Homicídios	480	30,5	70	40,9	550	31,6
Custos da Violência	338	21,5	34	19,9	372	21,3
Estupros	237	15,1	4	2,3	241	13,8
Confiança na Justiça e Desobediência às Leis	158	10,1	5	2,9	163	9,4
Prisões e Medidas Socioeducativas	137	8,7	6	3,5	143	8,2
Outros Assuntos	93	5,9	8	4,7	101	5,8
Crimes Patrimoniais	77	4,9	0	0	77	4,4
Produção Legislativa	48	3,1	0	0	48	2,8

No caso específico das mortes provocadas por intervenção policial, é notável que a construção de uma narrativa que as conecta com as mortes dos próprios policiais,

permitiu retomar a visibilidade da questão, que estava bloqueada por inúmeras disputas ideológicas nos 15 anos anteriores.

O FBSP pautou o problema e o contextualizou frente ao padrão de atuação institucional e não o resumiu a desvios individuais de conduta. Com isso, deu um forte destaque ao problema e não o tratou de forma maniqueísta, conquistando o olhar das polícias.

O mesmo foi feito com o tema da redução dos homicídios, quando buscamos alinhar a divulgação de dados às iniciativas em curso no país e, aproveitando a discussão em torno das novas metas dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, um grupo de especialistas foi reunido e propôs uma meta nacional para esta redução. E o fez com base na experiência acumulada pelos vários projetos que têm sido implementados no país e em parceria com outros atores locais ou regionais que estavam preocupados com a temática.

É válido destacar que esses dois temas faziam parte do programa de trabalho de dois anos definido no ciclo de planejamento estratégico de 2013, quando 5 eixos de atuação prioritária foram estabelecidos: ciclo completo de polícias; justiça criminal e presos provisórios; redução de homicídios e outros crimes violentos; pacto federativo e financiamento da segurança pública; e o eixo transversal transparência, prestação de contas e controle.

O FBSP antecipou, portanto, os temas que foram ou estão sendo tratados e aprofundados em 2014 e 2015 em várias frentes e por vários parceiros e associados. Hoje muitos estão trilhando a mesma estratégia e buscando incidir no debate com informações qualificadas e indicadores.

E é nesta perspectiva que, mais uma vez, o FBSP se posiciona para refletir sobre a importância da mobilização e do monitoramento do Pacto Nacional de Redução de Homicídios que está sendo desenhado pelo Ministério da Justiça para ser proposta para a sociedade brasileira nos próximos meses. Nesse processo, temos ouvido diferentes atores políticos e institucionais envolvidos com a temática e auxiliou na mobilização de um grupo de especialistas para assessorar o MJ com sugestões e considerações acerca do conteúdo do Pacto. Já foram feitas algumas reuniões desse grupo e o projeto está aguardando a aprovação do Ministro e da Presidente da República para ser anunciado. Mas o FBSP, para além da vontade política manifestada pelo Governo Federal em si, está insistindo na importância desta agenda. Ela é um tema de todos e não só de uma gestão.

Da mesma forma, em relação aos demais eixos de atuação definidos no nosso ciclo de planejamento estratégico, temos participado ativamente das discussões sobre a adoção do ciclo completo de policiamento e produzimos, em parceria com a CAF, o Anuário Sul Americano de Segurança Pública, que buscou compilar dados de todos os países da região, com destaque para as capacidades institucionais das polícias.

Já no eixo sobre sistema de justiça criminal e presos provisórios, diante da interrupção das atualizações do Infopen/ MJ, o FBSP desenvolveu um instrumento online de coleta de dados para viabilizar a manutenção de uma série histórica mínima de informações penitenciárias. Foram aplicados questionários em cerca de 1,5 mil estabelecimentos prisionais do país e a base de dados gerada foi repassada para validação e análise para o DEPEN.

O FBSP evitou uma lacuna de informação e permitiu que a agenda e os programas de trabalho de várias entidades que monitoram o tema pudessem contar com dados mais atualizados.

Sobre o eixo financiamento, atuamos neste período para atualizar e publicar no Anuário Brasileiro de Segurança Pública os dados do IPEA sobre custos sociais da violência e as despesas públicas com a área. Por intermédio do Anuário, inclusive, trouxemos dados comparativos que demonstram o quanto nosso sistema é ineficiente, já que gastamos, em relação ao PIB, o mesmo ou mais que muitos países com níveis mais elevados de desenvolvimento.

E, conectando segurança pública com a agenda para o desenvolvimento do país, atualizamos o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e criamos o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude e a UNESCO. Por estes indicadores, trouxemos elementos que permitem visualizar o impacto da desigualdade racial na determinação das condições de vida da juventude brasileira. Chamamos atenção para algumas agendas interditadas e que dispunham de poucos dados.

A partir do eixo de transparência e prestação de contas, buscamos também contemplar uma antiga demanda dos policiais e dos demais profissionais de segurança pública, produzindo pesquisas que dialoguem diretamente com a opinião, a percepção e a vitimização por eles sofridas pela condição de profissionais da área.

Nestes últimos doze meses, produzimos as pesquisas Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas (2014), Mulheres nas Instituições Policiais(2015) e Vitimização e Percepção de Risco entre Profissionais do Sistema de Segurança Pública (2015). O FBSP aproximou-se ainda mais da realidade dos policiais e tentou traduzi-la em alguns números e pesquisas.

Nessa mesma linha, o FBSP publica durante o 9º Encontro, o livro Polícia e democracia: 30 anos de estranhamentos e esperanças. O livro é composto por entrevistas, depoimentos e relatos sobre a vida de ser e fazer polícia desde a redemocratização. E, segundo sua introdução, tentou mostrar que:

"Mais do que heróis, quase sempre lembrados apenas quando de suas mortes e dos seus grandes feitos, o livro narra a vida de pessoas comprometidas cotidianamente com valores republicanos e democráticos; pessoas comuns que fizeram e fazem a diferença em suas instituições".

Como resultado, temos convertido exposição e pesquisa aplicada em insumos para o planejamento de políticas públicas e para a formação qualificada da opinião pública, uma vez que vários projetos governamentais, da mídia e da sociedade civil têm se utilizado dos materiais por nós produzidos e/ou os da nossa rede de parceiros e que são disseminados nos nossos produtos institucionais.

Em torno destas frentes, o FBSP aumentou sua exposição pública e sua participação em espaços de concertação e pactuação. Associações profissionais, entidades da sociedade civil, movimento sociais, Universidade, órgãos internacionais e multilaterais, governos, parlamentos e órgãos do Poder Judiciário e

do Ministério Público estão repercutindo e usando nossas dados, pesquisas e informações. E, mais ainda, estão percebendo a força de mobilização da nossa estratégia de atuação.

Estamos dando voz a todos os grupos ou segmentos, estamos contextualizando as disputas e estamos permitindo que o debate público seja travado em termos menos impressionistas.

Não há, contudo, a ilusão de que somos isentos e acima de valores e princípios. Muito pelo contrário, ao nos posicionarmos deste modo estamos cientes do nosso papel aglutinador, reconhecemos que o campo ganhou dinamismo e temos convicção de que transformações mais duradouras na segurança pública só virão com a inflexão dos termos da discussão, pela qual técnica e política sejam faces de um mesmo processo e que, potencializadas pela aposta radical na transparência, conseguiremos avançar na conquista de um país mais digno, em paz e com respeito a direitos.

Até por isso, o FBSP ocupa uma posição singular no campo e, não obstante todas as disputas e dificuldades de sustentabilidade típicas da atuação em rede, faz questão de explicitar que para além de toda esta trajetória de conquistas, há, acima de tudo, a disposição e a energia de mulheres e homens dispostos a mudar o Brasil para melhor, sejam policiais, pesquisadores, jornalistas, representantes da sociedade civil ou pessoas sem nenhum vínculo institucional.

Sempre é bom lembrar que, por decisão de seus fundadores, o FBSP opta por ser um espaço de convergência de pessoas e não de instituições e entidades. Com isso, busca-se fortalecer posições que defendem a modernização democrática da área, sejam elas emanadas de quem for, independente de vinculações institucionais.

Os eloquentes números do 9º Encontro Anual, que envolve mais de 55 organizações de diferentes segmentos do campo, corroboram que o FBSP está conseguindo ser ponte entre os vários segmentos e interesses associados ao nosso campo de atuação. Sem dúvida, a agenda para o próximo ciclo de 12 meses exige que consolidemos alguns avanços e, sobretudo, evitemos retrocessos institucionais e políticos.

Em suma, o que nos move e nos motiva é que não há mistério no que fazemos e não há desvio de rotas... há, no fundo, uma enorme tentativa de ouvir, de compor, de trabalhar em parceria e de articular diferenças e de construir pontes de diálogo. Porém, sem abrir mão de princípios e opiniões. Oxalá esta receita seja mais amplamente copiada e aperfeiçoada por quem pode ajudar a fazer a diferença.



Números e atividades **do FBSP**

Associados

O FBSP conta hoje com 240 associados, **residentes em 22 Unidades da Federação, EUA e Argentina.** Em relação ao perfil destes associados, 27% são do sexo feminino e 73% do sexo masculino, acelerando tendência verificada há dois anos de sobre representação dos homens na entidade.

Já em relação á atuação profissional, percebe-se o crescimento de policiais e guardas municipais no pleno, que representam 42% dos associados.

O último ano foi marcado por grande procura de novos membros, com crescimento de 23% do pleno entre julho de 2014 e junho de 2015, na evidência da capilaridade que o Fórum tem alcançado. Em termos estatutários, do total de associados, 99 estão da categoria pleno e 141 na categoria contribuinte.

73% 27% 27% Policiais e Guardas Municipais

Produtos institucionais

Encontro do FBSP 2014

Ano: Jul/ 2014 Local: São Paulo - SP

15 atividades com 540 participantes

Debate com os coordenadores de Campanha dos Presidenciáveis, apresentando suas propostas para a Segurança Pública

Lançamento da pesquisa Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública

Conferência com o Ministro da Justiça José Eduardo Cardoso

27 apoiadores

RBSP

Edições 15 (ago/set) e 16 (fev/mar)

25 artigos e notas técnicas publicados nas duas edições da revista, que se consolida como um dos principais periódicos da área no país.

Avaliação em 14 áreas do conhecimento no Qualis Capes, na evidência de seu caráter multidisciplinar.

Editores: Rodrigo Azevedo, Renato Sérgio de Lima e Olaya Hanashiro.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Cobertura

1.572 matérias na imprensa nacional

171 matérias na imprensa internacional nos primeiros dias da divulgação (09/11/2014 a 21/11/2014)

A cobertura gerou, em termos de centimetragem, R\$16.699.539,73.

Os temas do projeto de desenvolvimento da FGV "O Brasil que Queremos" (homicídios, confiança na justiça e produção legislativa), que apoiou a 8ª Edição, foram responsáveis por 43,8% das 1743 reportagens nacionais e internacionais (em centimetragem, R\$ 8.960.647,00).

A cobertura internacional cuidou, majoritariamente, de letalidade e vitimização policial, com 78,9% das reportagens.

A discussão sobre homicídios também mereceu forte atenção internacional, com 42,2% das reportagens, seguida das notícias sobre o custo da violência (20,5%).

Prêmio Direitos Humanos 2014

Em reconhecimento da importância que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública assumiu no debate sobre segurança e seus desdobramentos para a defesa dos direitos humanos, no dia 10 de dezembro a presidente de honra do FBSP Elizabeth Leeds recebeu das mãos da presidente Dilma Rousseff, o Prêmio Direitos Humanos 2014 – Categoria Segurança Pública e Direitos Humanos, a mais alta comenda do tipo no Brasil.

FRANTIC MESSAGE AS PALMYRA FELL: "WE'RE FINISHED"





Site

Entre julho de 2014 e junho de 2015 o site do Fórum teve 275.722 visualizações de 51.575 usuários. Os principais acessos ocorreram do Brasil, EUA, Índia, Portugal, Reino Unido, Espanha, França, Alemanha e Argentina.

Newsletter e Redes Sociais

Atendendo às demandas por mais informações sobre o cotidiano do FBSP, iniciamos o envio mensal do Boletím FBSP, que atinge cerca de 8,5 mil pessoas cadastradas em nosso serviço de clipping. Também mudamos a política de postagem nas redes sociais, reforçando conteúdo próprio e protegendo a marca e a instituição.



Exposição

Entre 2011 e 2015, o FBSP acumula registro de cerca de 6 mil citações na mídia, sendo mais de 70% nos últimos dois anos e meio, que configuram o período pelo qual a entidade tem sido mais ativa na indução de algumas agendas e temas de políticas de segurança.

Há uma forte exposição quando da divulgação de produtos e pesquisas, mas, no intervalo entre tais iniciativas, o FBSP também tem uma boa exposição e acumula uma média de 2,2 citações diárias em veículos de imprensa. Os dados do FBSP têm, ainda, servido de plataforma para a ação de vários associados e suas instituições.

Temos ocupado espaço nos principais veículos de mídia nacionais e internacionais, num indicativo do impacto de nossa atuação. E, num indicativo de adensamento da rede, não só a equipe executiva e o Conselho de Admi-

nistração são vinculados ao FBSP, mas vários associados têm sido identificados enquanto tal.

Pesquisas

Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública

Em julho de 2014,em parceria com a Senasp, a FGV Direito e a Quartis, o FBSP divulgou a pesquisa "Opinião dos Policiais Brasileiros sobre Reformas e Modernização da Segurança Pública", que contou com a participação de 21.101 policiais de todo o país. A pesquisa trouxe à luz questões importantes do debate sobre segurança pública no Brasil hoje, tais como os modelos de organização e arquitetura institucional do sistema, carreira, participação social, relação com outros atores como Judiciário e Ministério Público e desmilitarização.



Relações de Gênero nas Instituições Policiais

Em março de 2015, em parceria com o Núcleo de Organizações e Pessoas da FGV/EAESP, o CRISP/UFMG e a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o FBSP divulgoua pesquisa "Mulheres nas Instituições Policiais", que teve por objetivo aprofundar o conhecimento sobre as relações de gênero nas instituições policiais a partir da opinião dos próprios profissionais da segurança pública.

Foram recebidos 13.055 questionários, respondidos por policiais Civis, Militares, Bombeiros, Guardas Municipais, policiais Federais e Rodoviários Federais.

Dentre outros resultados, a pesquisa demonstrou que 40% das mulheres policiais já sofreram algum tipo de assédio dentro da instituição. A divulgação desses dados gerou resultados positivos: por solicitação da Associação Nacional de Praças, a SENASP instituiu um GT intitulado "Assédio moral e sexual das profissionais de segurança pública", que tem por objetivo aprofundar o diálogo com as instituições policiais para elaboração de estratégias para o enfrentamento do

problema. O FBSP e o CRISP estão participando deste Grupo de Trabalho.



Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e **Desigualdade Racial**

Em maio de 2015, o FBSP divulgou - em parceria com Secretaria Nacional de Juventude e a Unesco - o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial.

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA

E DESIGUALDADE RACIAL 2014 Juventude

O primeiro indicador, produzido em parceria com o Ministério da Justiça e o LAV/UERJ, apresenta um cenário da vulnerabilidade juvenil à violência nos 288 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes em 2012, a partir de cinco categorias: mortalidade por homicídios, mortalidade por acidentes de trânsito, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e desigualdade.

O segundo indicador mostra que a cor da pele dos jovens está diretamente relacionada ao risco de exposição à violência a que estão submetidos, demonstrando que um jovem negro corre o risco, em média, 2,5 vezes maior de ser vítima de homicídio do que um jovem branco.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

Em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o FBSP desenvolveu uma nova metodologia de coleta de dados nas unidades prisionais de todo o país. Os resultados referentes ao primeiro semestre de 2014 foram divulgados em junho de 2015.

Tais resultados demonstram que o Brasil se mantém como um dos quatro países com maior população prisional do mundo, junto de países como EUA, China e Rússia. No entanto,

enquanto os demais países reduziram suas taxas de aprisionamento entre 2008 e 2014, o Brasil apresentou aumento de 33%.



Projetos

Financiadores/Apoiadores

Ford Foundation, Open Society Foundation, Instituto Betty e A. Jacob Lafer, Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável, Escola Superior do Ministério Público da União, IPEA, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça, Governo do Estado do Ceará

Relação de projetos desenvolvidos no último ano

Financiador/ Parceiro	Nome Projeto/Atividade	Natureza	
Ford Foundation	A transparência e a promoção da accountability no ciclo das políticas de segurança pública no Brasil		
Ford Foundation	Projeto de Desenvolvimento Institucional		
Open Society Foundation	Projeto de Desenvolvimento Institucional		
Open Society Foundation	Institutional and Governance Strenghtening		
Open Society Foundation	Planning process for a network focused on homicides data in Latin America	Fiscal agent de projeto do associado Ignacio Cano	
Open Society Foundation	Mapping Homicide Reduction Initiatives in Latin America	Fiscal agent de projeto do associado Ignacio Cano	
Open Society Foundation	Regional conference on homicide data quality to be held in Bogota, Colombia, as described in the submitted	Fiscal agent de projeto do associado Ignacio Cano	
Open Society Foundation	Avaliando o impacto do programa de Segurança Pública "Pacto pela Vida" no estado de Pernambuco - Brasil	Fiscal agent de projeto do associado José Luiz Ratton	
Open Society Foundation	Description and Evaluation of Programa ATITUDE	Fiscal agent de projeto do associado José Luiz Ratton	
Escola Superior do Ministério Público da União	A investigação dos crimes contra a Administração Pública no Brasil	Fiscal agent de projeto do associado Arthur Trindade Maranhão Costa	
Instituto Betty e A. Jacob Lafer	Memória e Formação de Agenda nas Políticas de Segurança Pública no Estado de São Paulo		
Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável	Construção de uma nova narrativa democrática para a Segurança Pública		
IPEA e Secretaria de Assuntos Legislativos — Edital Pensando o Direito	Diagnóstico das condições de atuação e das consequências da ação policial	Projeto do associado Guaracy Mingardi	
IPEA	Instituições Participativas no Âmbito da Segurança Pública Brasileira: Programas Impulsionados por Organizações Policiais		
Secretaria Nacional de Segurança Pública e PNUD — Edital Pensando a Segurança	Impactos das escalas de serviço no desenvolvimento do trabalho da Polícia Civil		
Secretaria Nacional de Juventude e UNESCO	Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e Desigualdade racial 2014		
DIREITO SP/FGV, SENASP e Quartis	Pesquisa: Opinião dos policiais brasileiros sobre reformas e modernização da Segurança Pública		
NEOP/FGV, CRISP/UFMG e SENASP/MJ	Pesquisa: As mulheres nas instituições policiais		
FBSP e FGV Direito	Livro "Polícia e Democracia"		
CNPQ - Fapesp - com NEV/USP, NECVU/ UFRJ, CLAVES/FIOCRUZ, GPVC/UFRGS, LEV/UFC e NEVIS/ UNB	INCT Violência, Democracia e Segurança Cidadã		
Arapyaú/ Diversos	CiTe 2.0 e a construção de uma nova narrativa sobre segurança pública e o papel dos municípios		
DEPEN	Coleta de dados no sistema penitenciário		
CNPQ	Primeiro Comando da Capital (PCC) e a violência em São Paulo: testando a hipótese da pax monopolista		

Participações

Associações e fóruns:

- Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS;
- Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística – ANIPES;
- Comitê Gestor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT Violência, Democracia e Segurança Cidadã;

Conselhos e Grupos de Trabalho:

- Comitê Assessor da Sociedade Civil BID: Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima.
- Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil da Secretaria Nacional de Defesa Civil: Sérgio Abreu e Cássio Rosa
- Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP) do Ministério da Justiça: Renato Sérgio de Lima e Cássio Thyone.
- Conselho da Cidade de São Paulo: Renato Sérgio de Lima.
- Grupo de Trabalho sobre Assédio Moral e Sexual às profissionais de Segurança Pública: Samira Bueno, Ludmila Ribeiro e Patrícia Nogueira.
- GT Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios

Gestão do FBSP

Melhorias na gestão de recursos humanos, processos, serviços e projetos

A equipe do FBSP iniciou o mês de julho de casa nova. Com o propósito de garantir mais segurança e de reduzir custos, a nova sede localiza-se em um prédio comercial, ao lado da Estação Sumaré do metrô. Nosso novo endereço é Rua Amália de Noronha, 151, Conj. 405, São Paulo, SP.

Ainda na esteira de um processo de renovação institucional, o FBSP optou por dinamizar sua atuação por meio da contratação de profissionais com mais experiência para reforçar a equipe técnica e administrativa. A ideia é dispor de uma equipe que, juntamente com os associados, poderá viabilizar e executar novos projetos e parcerias.

Em termos de gestão, investimos na revisão dos procedimentos administrativo-financeiros, reestruturamos nossos planos de contas e desenhamos novos procedimentos para gestão das associações. A equipe também passou pela capacitação do Sistema de Convênios do Governo Federal, de modo a garantir a boa gestão dos recursos públicos.

Já a equipe técnica realizou treinamento do software NVivo de análise qualitativa, importante ferramenta para análise de dados.

Auditoria externa

Este ano a empresa Grant Thorton realizou auditoria externa das demonstrações contábeis do FBSP. A auditoria emitiu opinião sobre a adequada apresentação da situação patrimonial e financeira da instituição, bem como do desempenho de nossas operações e dos fluxos de caixa. O relatório da auditoria e o balanço contábil serão submetidos à aprovação da Assembleia Geral em julho de 2015 e posteriormente ficarão disponíveis no site do FBSP.

Mudanças no conselho de administração

Em janeiro de 2015, o então presidente do Conselho de Administração Roberto Genofre renunciou ao cargo em função de questões pessoais. Com sua saída, o conselheiro Humberto Vianna assumiu a função de presidente, cujo mandato se encerra em julho de 2015.

No mesmo mês o conselheiro Arthur Trindade Maranhão Costa também renunciou ao cargo de conselheiros, após assumir a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Balanço financeiro e sustentabilidade

O Balanço Contábil e os Relatórios do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente serão disponibilizados no site do Fórum tão logo aprovados pela Assembleia de Associados. Porém, os dados contábeis e financeiros do Fórum revelam que, não obstante uma posição estratégica no debate sobre segurança pública no país, uma ampla rede de parceiros e a forte exposição que temos obtido entre 2013 e 2014, as receitas institucionais são proporcionalmente pequenas, ainda mais se as compararmos com as de entidades congêneres.

A captação do Fórum está, portanto, longe de competir com a de outras entidades e centros de pesquisa e, com isso, há um reforço ainda maior na ideia de que o nosso papel é de uma instituição indutora de redes, parcerias e sinergias.

Assim, entre 2013 e 2014 (até junho), o orçamento direto do Fórum foi de cerca de R\$ 3,7 milhões de reais, sendo 87% relativos ao ano de 2013 e apenas 13% no primeiro semestre de 2014. Essa redução é em muito explicada pela finalização do Termo de Parceria com o Ministério da Justiça e pelo encerramento do contrato com o Governo da Bahia, que está merecendo uma atenção jurídica em especial.

Nesse contexto, os apoios de Fundações Internacionais, de Organismos Internacionais, de Fundações Privadas e de agências de fomento ganham prioridade e são de importância dupla, pois auxiliam na sustentabilidade e na autonomia do Fórum e, ainda, permitem que o foco da instituição seja mantido e que não seja necessário dispersar energias na execução de projetos que, porventura, tivessem apenas o caráter de geração de receitas.

O ano de 2014 foi, talvez, o mais difícil em termos de sustentabilidade financeira para o FBSP. Com receita operacional da ordem de 1.967.664,33, redução de 25% em relação ao ano de 2013. E, até como resultado desta forte queda de receita, o balanço anual de 2014 foi encerrado com um dé-

ficit operacional de cerca de R\$ 300 mil, muito em razão de provisionamentos legais e ajustes contábeis em relação aos projetos em que o FBSP é apenas fiscal agent.

	Receitas	Despesas
2013	2.649.981	2.622.555
2014	1.967.664	2.276.030
2015 ⁽¹⁾	3.152.948	-

(1) Obs: Estimativa.

Não obstante as dificuldades financeiras enfrentadas. 2014 foi também o ano em que a equipe executiva precisou ser mais criativa e entregou uma série de pesquisas e projetos que reforçaram a nossa posição institucional. O espaço singular ocupado pelo FBSP e sua credibilidade ajudaram a enfrentar uma forte crise de financiamento.

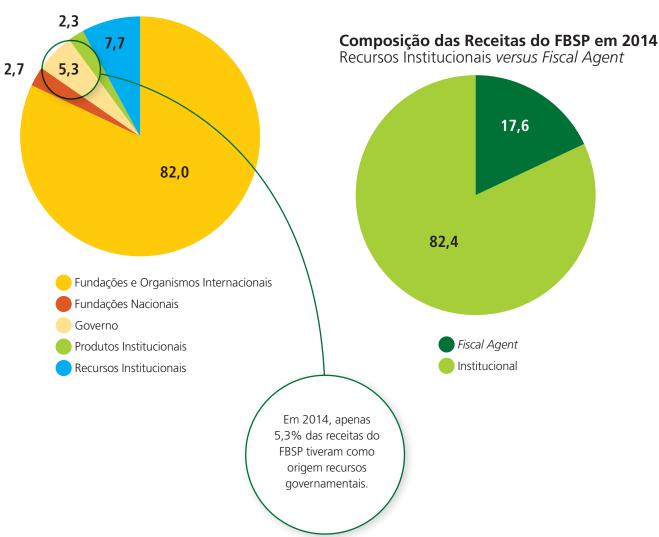
Nesse movimento, os apoios de Fundações e Organismos Internacionais foram centrais não apenas para manutenção de nossas atividades, mas também na garantia de nossa independência no debate público. Em 2014, os recursos internacionais representaram 82,7% das receitas da entidade, frente a apenas 5,3% de apoios governamentais.

Importante destacar também a expressiva participação de recursos de projetos trazidos por associados, que já representam 17,6% do total de receitas da instituição (muitos também financiados por organizações internacionais). Nestes casos, a coordenação executiva dos projetos é de responsabilidade do associado que assumiu o projeto, e cabe ao Fórum a gestão administrativo-financeira.

Diante do quadro de crise de sustentabilidade, a equipe executiva do FBSP tinha dois caminhos a seguir, sendo um primeiro reduzir seu escopo de atuação e diminuir o corpo administrativo e técnico fixo. Também podia, como acabou sendo esta a opção, dobrar a aposta no diagnóstico de que 2014 era um ano atípico, em razão das eleições, quando vários potenciais parceiros optaram por não realizar investimentos que estavam sendo negociados, e investir.

E esta aposta começa a surtir resultados, na medida em que novas parcerias estão sendo concretizadas, como a que fechamos com o Governo do Ceará para o desenho do modelo de governança e do monitoramento do Pacto por um Ceará Pacífico, ou com o Instituto Arapyaú, que visa construir uma nova narrativa para a segurança pública e sobre o papel dos municípios, com vistas para a agenda das eleições 2016.





Nossos desafios não são pequenos, mas o FBSP aproxima-se de seus dez anos de existência ciente de que, para continuar sendo protagonista, precisa manter os investimentos e energias em torno da agenda de transparência e prestação de contas enquanto ferramentas de modernização da segurança pública brasileira. E, para tanto, depende da manutenção da sua condição plural e de construtor de pontes de diálogo.





www.forumseguranca.org.br
Rua Amália de Noronha, 151, Cj. 405
Pinheiros 05410 010
São Paulo SP Brasil
Tel/fax 11 3081 0925
contato@forumseguranca.org.br